



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar	Euro	Capital de giro	CDB	Inflação
1,68% São Paulo	113.532	R\$ 1.212	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Na terça-feira	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,96% Nova York	110.431	R\$ 5,113 (+ 1,58%)	24/agosto: 5,111	R\$ 5,123	6,76%	13,67%	Março/2022: 1,62
	25/8: 113.532		25/agosto: 5,112				Abril/2022: 1,06
	26/8: 113.532		26/agosto: 5,078				Maio/2022: 0,47
	29/8: 113.532		29/agosto: 5,033				Junho/2022: 0,67
	30/8: 113.532						Julho/2022: -0,68

FUNCIONALISMO

Bolsonaro quer menos concursos

Presidente diz que, se for reeleito, vai reduzir o número de seleções para preencher cargos públicos

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que, caso reeleito, vai procurar reduzir o número de concursos públicos no país para “proteger os atuais servidores”. O chefe do Executivo alegou que, com o inchaço da máquina pública, não haverá dinheiro para pagar a todos os funcionários e ainda comentou sobre a extinção de 20 mil cargos de comissão em 2019, quando assumiu o posto. As declarações ocorreram na sabatina organizada pelo Instituto União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) com candidatos à Presidência da República.

“Evitar os concursos públicos até para proteger os atuais servidores que estão aí. Eu sei que os jovens ficam chateados, querem um concurso, mas a máquina está no seu limite. Vai chegar num ponto em que não vai ter dinheiro para mais ninguém”, afirmou Bolsonaro.

A política de restrição de concursos vem sendo adotada desde o início do atual governo, sob protesto de entidades ligadas aos servidores, que argumentam falta de pessoal em diversas órgãos da administração. O ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, alega que boa parte do serviço oferecido pela administração pública pode ser suprido por meios digitais.

No encontro com os empresários, o presidente disse ainda aguardar a aprovação da reforma administrativa para “futuros servidores”. O governo chegou a encaminhar ao Congresso uma proposta de reforma (PEC 32) que foi duramente combatida pelo funcionalismo e acabou engavetada pelos parlamentares. “Essa é a nossa proposta: se houver reeleição, essa reforma o Parlamento que vai decidir, e fazer com que tenhamos um novo quadro de servidores”, frisou. Mas ele reconheceu a dificuldade de aprovação da medida: “A maior reforma

Ed Alves/CB



Protesto de servidores em frente ao Planalto, no ano passado, contra a reforma administrativa proposta pelo governo: resistência política

administrativa que fizemos foi a contenção de concursos. Reforma administrativa é muito difícil aprovar no Parlamento”.

Bolsonaro reconheceu a dificuldade de manter o monitoramento das fronteiras do país e afirmou que esse trabalho precisa do reforço do efetivo da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Mas uma vez, comprometeu-se a dar reajuste salarial aos servidores em 2023 e a reestruturar a carreira da PRF.

“Gostaria de ter feito uma reestruturação para eles neste ano, mas não foi possível porque outros setores ameaçaram com greves e outras medidas, e isso podia até mesmo parar o país.

Não é fácil mexer com alguns setores do serviço público altamente politizados”, disse. “Acredito que, no ano que vem, dê para resolver isso daí”, prometeu.

A respeito da reforma trabalhista, caracterizou a medida como “bem-vinda” e aproveitou para alfinetar o adversário na corrida eleitoral, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Uma outra pessoa vem falando que vai revogar isso daí. O maior tratamento digno ao empregado é o emprego, e vamos continuar agindo dessa maneira”, afirmou.

Questionado sobre as possíveis políticas voltadas ao refinanciamento de dívidas das empresas, Bolsonaro alegou que, com a

queda da inflação, o Banco Central poderá começar a reduzir a taxa básica de juros. “Qualquer palavra minha um pouco distorcida, ou não muito bem compreendida, mexe no dólar hoje à tarde. Eu quero que o dólar continue caindo. Vocês têm dívidas, e o BC (Banco Central) é independente agora. Acredito que a taxa de juros comece a cair. O nosso governo chegou a 2% com prós e contras, e está em 13% aproximadamente no momento. Acho que o melhor sinal é esse: com deflação, acredito que a taxa de juros comece a cair e passe a ajudar todos vocês”, disse. Bolsonaro afirmou, ainda, que poderia marcar uma reunião entre os

empresários do setor e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Pix

Ao contrário do que vinha dizendo sobre o Pix, sistema de pagamento instantâneo do BC, o presidente afirmou que a medida “não trouxe quase nada de prejuízo” para as instituições financeiras. Em discursos de campanha, ele alegava que o Pix, que não cobra taxa dos consumidores para transferir recursos, havia provocado perdas bilionárias ao sistema financeiro. Ontem, porém, sustentou que “os bancos têm mecanismos para fazer com que seu lucro não diminua”.

TECNOLOGIA

CNI protesta contra cortes para pesquisa

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou, em nota, que considera a Medida Provisória que permite o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) um retrocesso para a pesquisa e inovação no Brasil.

Segundo a CNI, a proposta, se aprovada pelo Congresso, trará danos para a ciência, tecnologia e inovação do país. A MP, editada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na última segunda-feira, determina que o FNDCT poderá aplicar somente R\$ 5,555 bilhões em 2022, ou seja, cerca de R\$ 3,5 bilhões a menos do inicialmente previsto.

A partir do ano que vem, a medida estabelece uma porcentagem de aplicação que chegará em 100% dos recursos apenas em 2027. Em 2023, por exemplo o limite será de somente 58% da receita anual prevista. Sendo 68% em 2024, 78% em 2025 e 88% em 2026.

“A proposta retira recursos para a ciência não só em 2022, como para os próximos anos. Investir em inovação não é uma opção, é obrigação para os países desenvolverem suas economias e serem competitivos. Com medidas como esta, o Brasil não está seguindo as melhores práticas, reconhecidas mundialmente, para se tornar mais inovador”, afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A entidade industrial avaliou que, na prática, as limitações significam que não haverá liberação de orçamento necessário para projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) importantes para o país.

“Faremos o que estiver ao nosso alcance para tentar reverter a redução dos recursos do FNDCT e mostrar à sociedade brasileira a incoerência dos cortes em um fundo que é crucial para promover o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico e social do país”, disse Andrade.

Devolução

A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTPBr) defendeu, em nota, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolva a MP ao Executivo. Segundo a entidade, a proposta é uma afronta ao Congresso Nacional que, em 2021, aprovou, após derrubar o veto presidencial, a Lei Complementar nº 177, que proíbe o contingenciamento orçamentário do Fundo pelo governo federal.

Dos R\$ 9 bilhões previstos na LOA 2022 para o FNDCT, a MP autoriza a liberação de R\$ 5,5 bilhões para o exercício. Desse montante, metade se destina às operações de empréstimos da Finep, com impactos no setor industrial do país, e a outra para o financiamento de programas, estratégias e fomento à ciência, tecnologia e inovação.

A entidade ainda lembrou que já foram liquidados e pagos R\$ 3,2 bilhões no fomento à ciência, tecnologia e inovação. “Isso significa que mais de 70 ações e programas que hoje são executados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNPq e Finep serão diretamente prejudicados.”

CAE aprova piso salarial para fisioterapeutas

» MICHELLE PORTELA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, ontem, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.731/2021, que fixa piso salarial de R\$ 4,8 mil para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais para jornada de 30 horas semanais. Agora, o texto segue para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em Plenário. No total, outros 53 projetos de lei que regulamentam sete categorias da área de saúde tramitam no Congresso Nacional.

No caso dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, a nova norma atualiza a legislação que já regulamenta as duas profissões, mas que não prevê piso salarial para as categorias, restringindo-se a fixar a jornada semanal em 30 horas.

De autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA), o projeto recebeu parecer favorável do relator, o senador Romário (PL-RJ). “No Brasil, há cerca de 350 mil profissionais habilitados que serão beneficiados com essa medida”, destacou Romário, ao defender a matéria durante a audiência da CAE.

O relator destacou que fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais atuam para o bem-estar de pessoas com deficiência e das que sofrem de incapacidade temporária por causa de acidentes e sequelas de doenças, como a covid-19.

Impacto

Entre as principais críticas ao projeto está a falta de indicação de uma fonte de recursos, a exemplo da Lei nº 14.434, que criou o piso nacional da enfermagem, também válida para

técnicos de enfermagem, auxiliares e parteiras.

Estudos anexados à proposta do piso de fisioterapeutas, realizados pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal apontam impacto de R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 512,2 milhões apenas no setor público. O setor privado teria de arcar com R\$ 669,4 milhões.

Dados da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) mostram um cenário pior. O impacto total da vigência da nova legislação seria de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 620,4 milhões no setor público. O setor privado sem fins lucrativos sofreria impacto de R\$ 648,1 milhões, enquanto aquele com fins lucrativos teria R\$ 753,8 milhões a mais na folha de pagamento.

Além disso, levantamento da Anahp mostra que 53 projetos de lei tramitam no Congresso

Geraldo Magela/Agência Senado



Proposta dos senadores ainda deve ser examinada pela Câmara

Nacional propondo a fixação de salários base em sete categorias profissionais. Esses projetos teria impacto de R\$ 36 bilhões no setor de saúde, já

incluindo o piso da enfermagem. Entre as categorias beneficiadas estão cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, nutricionistas e psicólogos.